

IC - Inquérito Civil n. 06.2016.00000546-8

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça abaixo subscrita, doravante designado **COMPROMITENTE** e o **Município de Barra Velha**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.830/0001-57, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha, representado neste ato pelo **Prefeito Municipal Douglas Elias Costa**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**;

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, nos artigos 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** que o artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), alinhando-se à simetria constitucionalmente estabelecida, da mesma forma, legitima o Ministério Público a tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais para a defesa dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais, inegavelmente, inclui-se a defesa do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** a autorização para lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, como previsto no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** a importância da realização do Diagnóstico Socioambiental pelo Município para o efetivo controle e fiscalização de ocupações irregulares dos espaços protegidos e de um plano de gestão visando À delimitação do espaço urbano a ser enquadrado como área urbana consolidada, decorrendo desse estudo, a definição da eventual existência de áreas de interesse ecológico relevante, bem como das áreas de risco, possibilitando o fornecimento de subsídios técnicos para a tomada de decisão administrativa ou judicial acerca das medidas alternativas a serem adotadas;

**CONSIDERANDO** que a realização do Diagnóstico Socioambiental e

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA VELHA**

a definição da área urbana municipal consolidada, às margens dos cursos d'água, além das medidas acima declinadas, possibilitará a aplicação de instrumentos jurídicos introduzidos pelo Estatuto da Cidade, permitindo a regularização, quando possível, desses espaços territoriais, bem como, o estancamento das ocupações irregulares que, não raras vezes, colocam a população em risco;

**CONSIDERANDO** o trâmite do Inquérito Civil n. 06.2016.00000546-8 perante esta Promotoria de Justiça, instaurado para averiguar a elaboração do Plano de Gestão a partir do Diagnóstico Socioambiental no Município de Barra Velha, cuja elaboração está no cronograma da AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itaipocu;

**RESOLVEM** formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

**1. O COMPROMISSÁRIO** compromete-se a elaborar o Diagnóstico Socioambiental no Município de Barra Velha, facultada a realização pela AMVALI - Associação dos Municípios do Vale do Itaipocu, **cujo início está estipulado para o mês de SETEMBRO/2021, com provável conclusão em 1 (um) ano, conforme cronograma apresentado pela AMVALI;**

**2. O COMPROMISSÁRIO** compromete-se a comprovar a conclusão do estudo do Diagnóstico Socioambiental perante o Ministério Público, **imediatamente ao final da conclusão do diagnóstico por parte da AMVALI;**

**3. O COMPROMISSÁRIO** compromete-se a apresentar no estudo do Diagnóstico Sociambiental os elementos descritos no Parecer Técnico 34/2014/CIP/MPSC, contemplando as áreas urbanas consolidadas, áreas de risco e de relevante interesse ecológico;

**4. Constatada a existência de Área de Preservação Permanente nas áreas verificadas, deve o COMPROMISSÁRIO** prosseguir com o Diagnóstico Socioambiental no fito de averiguar os elementos descritos no Código Florestal e no Parecer Técnico 34/2014/CIP/MPSC;

**5. O COMPROMISSÁRIO** fica ciente de que poderão ser solicitados

relatórios de acompanhamento por parte do Ministério Público enquanto não houver a conclusão do diagnóstico socioambiental;

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO DESCUMPRIMENTO**

1. Pelo descumprimento das obrigações acima referidas, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) exigível enquanto durar a violação, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial, desde o dia de cada prática infracional até efetivo desembolso;

1.1. A multa acima estipulada será revertida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados (Lei Complementar n. 738/2019), através do pagamento de Boleto Eletrônico gerado e fornecido por esta Promotoria de Justiça;

2. Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou documento equivalente lavrado por órgão de fiscalização ambiental.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida coletiva ou individual, de cunho civil, contra o **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens supra acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

2. Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos acima fixados, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicado até **o prazo de 10 (dez) dias** após a constatação a esta Promotoria de Justiça, que avaliará a possibilidade de prorrogação dos prazos e, se for o caso, poderá ser firmado termo aditivo a este ajustamento.

3. O presente compromisso de ajustamento de conduta é apenas garantia mínima, não limite máximo de responsabilidade.

4. As partes elegem o foro da Comarca de Barra Velha para dirimir controvérsias referentes ao presente ajustamento;

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art.

6º da Lei n. 7.347/85, reconhecendo a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente instrumento.

Fica ciente o **COMPROMISSÁRIO**, nesta oportunidade, de que o presente Inquérito Civil será remetido ao Conselho Superior, para homologação do arquivamento.

Barra Velha, 13 de setembro de 2021.

-----  
**Tehane Tavares Fenner**  
**Promotora de Justiça**  
**Compromitente**  
**(ASSINADO DIGITALMENTE)**

-----  
**Município de Barra Velha**  
**Douglas Elias da Costa – Prefeito Municipal**  
**Compromissário**

Testemunha: Sheila Jaqueline da Costa Scherer  
Procuradora-Geral do Município de Barra Velha